

Sumário

Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta, eram 9 horas e 07 minutos.

***Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.)** – Iniciou-se com uma intervenção do Sr. Deputado João do Carmo (PAICV) sobre os transportes marítimos em Cabo Verde, enfatizando os trabalhos feitos pelo Governo do PAICV na promoção do sector. Criticou as más políticas do Governo atual para o sector e o receio do País entrar na lista negra da IMO (Organização Marítima Internacional). Ainda, apresentou as preocupações dos marinheiros sanvicentinos. E destacou as más condições de segurança do Navio Chiquinho, o que tem acarretado risco à navegação.*

Na sequência, prestaram esclarecimentos para além do referido Deputado, o Sr. Deputado João Gomes (MPD).

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Adilson Fernandes (MPD) abordou a comemoração do dia do município do Paul, que se celebra no dia 13 de Junho, prestando homenagem às pessoas que colaboraram para o desenvolvimento daquele município. Falou ainda da dinâmica do desenvolvimento do município em parceria com o Governo, elencando várias obras de reabilitação e requalificação levadas a cabo no município.

A seguir, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Vera Almeida (PAICV) e Armindo da Luz (MPD).

O Sr. Deputado António Monteiro fez uma Interpelação à Mesa.

Ao intervir, o Sr. Deputado Walter Évora (PAICV) versou sobre a suspensão do teletrabalho e o regresso dos trabalhadores ao trabalho presencial, trazendo o problema de as pessoas não terem onde deixarem os filhos e o problema do risco de contágio pela Covid-19. Abordou também o regresso das mulheres grávidas ao trabalho visto que são um grupo de risco. Solicitou ao Governo a manutenção do regime do teletrabalho até a normalização da situação da Covid-19.

A Sra. Deputada Mircéa Delgado (MPD) interveio sobre os impactos do coronavírus em todas as áreas, enfatizando que o País vem enfrentado com sucesso esta pandemia. Salientou o papel do Governo no combate à pandemia da Covid-19 e no abastecimento de bens e serviços em todo o País. Igualmente, abordou a questão dos transportes marítimos em Cabo Verde.

De seguida, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Manuel Inocêncio Sousa (PAICV) e Mircéa Delgado (MPD).

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID), na sua intervenção, falou sobre o sector marítimo, trazendo os problemas da pesca, e solicitou ao Governo mais meios e equipamentos aos pescadores e ao sector. Aludiu também sobre o Navio Chiquinho questionando se o mesmo está preparado para os nossos mares.

Na sequência, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Emanuel Barbosa (MPD), João Gomes (MPD) e António Monteiro (UCID).

O Sr. Deputado Américo Nascimento (PAICV) fez uma intervenção acerca do anúncio do encerramento da época desportiva, feito pelo Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Concelho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire), e o desacerto com a Federação Cabo-verdiana de Futebol, salientando a necessidade de uma intervenção pública da tutela para esclarecer esta questão.

O Sr. Deputado Filipe Santos (MPD) interveio parabenizando a candidatura das ilhas do Fogo e do Maio com reservas mundial da biosfera e fazendo o reconhecimento a todas ONG (Organizações Não Governamentais) e parceiros que trabalharam no projecto. Elencou ainda os benefícios que os jovens da ilha do Fogo já tiveram com esta governação.

Na sequência, os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV) e Luís Alves (MPD) prestaram esclarecimentos.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado José Sanches (PAICV) falou sobre a exploração da água na zona de Matxadu, no concelho de São Miguel, e seu acesso para a rega, solicitando a

intervenção do Governo, da câmara municipal local e da ANAS (Agência Nacional de águas de Santiago) para a resolução deste problema.

O Sr. Deputado Alberto Montrond (MPD), na sua intervenção, endereçou votos de pesar aos familiares que recentemente perderem as suas famílias nos Estados Unidos da América e reconheceu o esforço do Governo, antes e após o levamento do estado de emergência, fazendo menção aos voos de repatriamento. Fez ainda uma especial apreciação aos trabalhadores da Cabo Verde Arlines e ao trabalho do Consulado de Cabo Verde em Boston. Realçou, também, a necessidade de se dar maior atenção aos emigrantes que querem investir no País, reformar às alfândegas e se abrir as portas nos EUA, na área de educação superior, para os cabo-verdianos residentes no país.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado (Carlos Monteiro) fez uma intervenção, ao obrigo do artigo 114º do Regimento da Assembleia Nacional, para responder às questões colocadas durante este período.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) fez uma intervenção retomando às questões que tinha colocado sobre a pesca e o navio Chiquinho, tendo o referido Secretário de Estado Adjunto feito intervenção, ao obrigo do artigo 114.º do Regimento da Assembleia Nacional, para responder a essas questões.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – *Deu-se continuidade à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece os princípios e critérios de ação do Estado na dinamização, proteção e incentivo à produção, distribuição, exibição e divulgação da arte do cinema e da actividade cinematográfica e audiovisual nacional, realizada ou produzida em território nacional.*

Durante a discussão, usaram da palavra, a diverso título, para além do Sr. Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas (Abraão Vicente), os Sr. Deputados David Elias Gomes (MPD), Dora Oriana Pires (UCID), Felisberto Vieira (PAICV), Dália Benholiel (MPD), Filomena Martins (PAICV), Alberto Montrond (MPD), Filomena Martins (PAICV), Ana Paula Moeda (PAICV), Carlos Lopes (MPD), Felisberto Viera (PAICV), para além do Sr. Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas.

Entretanto, a Sra. Deputada Joana Rosa (MPD) pediu a suspensão da Reunião Plenária por 10 minutos, para uma Conferência de Representantes, tendo o Sr. Presidente suspenso a Reunião às 11 horas e 37 minutos e sido retomada às 11 horas e 56 minutos com a discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece o regime aplicável aos contratos de crédito aos consumidores do sistema financeiro, apresentado pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia).

Na sequência, os Srs. Deputados Luís Alves (MPD) e Moisés Borges (PAICV) procederam à leitura dos relatórios-pareceres da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado e da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território, respectivamente.

Aberto um período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Milton Paiva (MPD), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

De seguida, passou-se ao debate da referida proposta de lei, tendo usado da palavra, para intervenções, os Srs. Deputados João Duarte (MPD), Julião Varela (PAICV) e Armindo da Luz (MPD).

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 44 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 40 minutos, com a continuação da discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece o regime aplicável aos contratos de crédito aos consumidores do sistema financeiro.

Durante a discussão, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados Lúcia dos Passos (MPD), José Jorge Silva (PAICV), Nuias Silva (PAICV), Moisés Borges (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), Julião Varela (PAICV) e João dos Santos Luís (UCID), Luís Carlos Silva (MPD), João dos Santos Luís (UCID) e Nuías Silva (PAICV), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Joana Rosa (MPD) a propósito do horário de trabalho, tendo o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) também se pronunciado sobre o assunto. Após esses pronunciamentos, o horário de trabalho foi aumentado em mais uma hora e meia.

De seguida, passou-se à apresentação e discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece as normas e os procedimentos relativos ao reembolso antecipado nas operações de crédito realizadas pelas instituições de crédito.

Após a apresentação do referido diploma pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, a Sra. Deputada e Relatora da Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado (Vera Almeida) e o Sr. Deputado e Relator da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território (José Eduardo Moreno) procederam à leitura dos Relatórios-pareceres das respectivas Comissões.

No período de esclarecimentos usou da palavra o Sr. Deputado José Jorge Silva (PAICV).

No período de debate usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD), Julião Varela (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), por videoconferência, e Nuías Silva (PAICV), além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

A seguir, a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho (Janine Lélis) apresentou, na generalidade, a Proposta de Lei que revoga os artigos 6º e 7º da Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de Abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 (Discussão na Generalidade).

Na sequência, abriu-se um período de debate, durante o qual intervieram, a título diverso, além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Janira Hopffer Almada (PAICV), Filomena Gonçalves (MPD), Hélio Sanches (MPD), Joana Rosa (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Milton Paiva (MPD) e António Monteiro (UCID).

Entretanto, a pedido da Bancada do PAICV, a Reunião Plenária foi suspensa às 18 horas e 16 minutos, tendo sido retomada às 18 horas e 57 minutos, com uma intervenção do Sr. Deputado Luís Alves (MPD) sobre o Diploma em debate. A seguir interpelaram a Mesa os Srs. Deputados José Maria Gomes da Veiga (PAICV) e Orlando Dias (MPD), tendo o debate prosseguido, depois, com novas intervenções dos Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD), António Monteiro (UCID), Luís Alves (MPD), Rui Semedo (PAICV) e Joana Rosa (MPD), além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho.

Terminado o debate, passou-se à votação, na generalidade, do Diploma, que mereceu aprovação pela unanimidade dos Deputados presentes na Sala, em número de 60 e incluindo os presentes por videoconferência, sendo 37 votos dos Deputados do MPD, 20 do PAICV e 3 da UCID.

A Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho continuou com a apresentação da referida Proposta de Lei, na especialidade, designadamente dos artigos 1º e 2º, os quais foram aprovados sem quaisquer alterações.

Em seguida, passou-se ao Período de Votações, tendo sido sujeitos à votação final global os seguintes Diplomas:

Proposta de Lei que estabelece as normas e os princípios pelos quais se rege a Central de Registo de Crédito, assegurada pelo Banco de Cabo Verde e Proposta de Lei que revoga os artigos 6º e 7º da Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, merecendo ambos os diplomas a aprovação pela unanimidade dos Deputados presentes, em número de 61, sendo 38 votos dos Deputados do MPD, 20 do PAICV e 3 da UCID.

Ainda nesse período, procedeu-se à votação, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece os princípios e critérios de acção do Estado na dinamização, protecção e incentivo à produção, distribuição, exibição e divulgação da arte do cinema e da actividade cinematográfica e audiovisual nacional, realizada ou produzida em território nacional, da Proposta de Lei que estabelece o regime aplicável aos contractos de crédito aos consumidores do sistema financeiro e Proposta de Lei que estabelece as normas e os procedimentos relativos ao reembolso

antecipado nas operações de crédito realizadas pelas instituições de crédito, respectivamente. Todos estes Diplomas foram aprovados pela unanimidade dos Deputados presentes, em número de 61, sendo 38 votos dos Deputados do MPD, 20 do PAICV e 3 da UCID.

Posto isto, às 19 horas e 42 minutos, deu-se por encerrada a Reunião Plenária, dando-se assim por terminada a Primeira Sessão do mês de Junho.